

“Brasil!

Qual é o teu negócio?

O nome do teu sócio?

Confia em mim”

(Brasil – Cazuza, 1988)

Caro cliente da Foster,

Você já deve ter percebido que quando o assunto “déficit fiscal no Brasil” ganha as principais manchetes dos jornais brasileiros, usualmente ele vem acompanhado de uma rápida alta no Dólar e uma queda acentuada nos preços dos ativos brasileiros. Conviver com a questão fiscal brasileira é, sem dúvida, um dos maiores riscos para a performance dos nossos investimentos.

Na última quarta-feira, quando o Senado derrubou a manutenção do veto presidencial que proibia o aumento dos salários dos servidores públicos em 2021, essa questão voltou ao centro das discussões. No dia seguinte, a Câmara dos Deputados votou a favor da manutenção da decisão do executivo, mas a incerteza gerada por esse evento resultou mais uma vez no aumento da volatilidade do mercado brasileiro, com os investidores mais agitados com a questão fiscal no Brasil.

Apesar de ser um assunto de difícil compreensão, esse tema é de extrema importância para os seus investimentos e, comumente, se apresenta com uma cobertura muito superficial por parte dos veículos de comunicação, afinal é um tema suscetível às opiniões pessoais de jornalistas ou aos interesses de determinados grupos econômicos, já que trata-se de fazer escolhas de como e onde gastar o orçamento público.

Sabendo disso é que gostaríamos de aproveitar a Carta quinzenal de hoje para trazer para você alguns pontos sobre essa questão. Acreditamos que o debate sobre o gasto público só irá se intensificar daqui para frente, sendo um assunto de muita importância para o retorno esperado dos seus investimentos nos próximos anos. Por esse motivo, é um assunto que merece a sua atenção.

1. Em 2020 o Brasil completará o sétimo ano consecutivo de déficits primários. Em outras palavras, desde 2014 a arrecadação de impostos não é suficiente para o custeio dos gastos públicos. Com isso, todo ano há um buraco nas contas públicas do governo, que precisa ser tampado com a emissão de novos títulos públicos, aumentando o estoque de dívida pública que deverá terminar o ano próximo a 95% do PIB. Podemos chegar a uma relação dívida/PIB acima de 100% nos próximos anos, o dobro do nível médio dos países emergentes;

2. O Brasil gasta anualmente 80% do seu orçamento com o pagamento de salários do funcionalismo público e com a previdência social. Quando se compara com diversos países no mundo, essa proporção nunca ultrapassa os 60% do PIB;
3. Apenas com o funcionalismo público, nas três esferas de governo o Brasil gasta 14% do PIB. Entre os países com PIB per capita similares, só ficamos atrás da África do Sul.

Os pontos acima deixam claro que a situação fiscal brasileira precisa ser equacionada. O governo e o Congresso, juntos, precisarão fazer política com “P” maiúsculo, aprovando reformas e fazendo melhores escolhas de como gastar o orçamento público. A Reforma Administrativa, que prevê uma série de mudanças no funcionalismo público, abordando pontos polêmicos como a estabilidade de servidores, é uma das pautas que deve ganhar os noticiários após as eleições de 2020.

Esse processo leva tempo e deve ser responsável por oscilações importantes nos preços dos ativos brasileiros nos próximos anos. Isso reforça a necessidade de alocar os seus recursos em um portfólio diversificado, formado em sua maior parte por fundos de investimento geridos por um time de gestão profissional, e com exposição à ativos que estejam descorrelacionados do nosso mercado local. Nosso papel aqui na Foster é estar atento a esses eventos, ajudando você a passar por momentos de maior turbulência no mercado local com serenidade e cautela.

Um grande abraço,

Equipe Foster